

Manuel Raimundo Querino



Por **MÁRIO MAESTRI***

Um homem entre dois mundos

Manuel Raimundo Querino nasceu na vila de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, a uns oitenta quilômetros de Salvador, em 28 de julho de 1851, meses após a abolição do tráfico transatlântico de africanos escravizados para o Brasil. Ao ser registrado, ao menos seu pai, carpinteiro, seria negro livre. (CONRAD, 1985.) Portanto, o menino foi um quase privilegiado, ao nascer livre, em uma terra e em uma época de multidões de trabalhadores vergados pelo cativeiro. Porém, o destino brincou com a criança, levando-o à beira da quase perdição, para elevá-la, mais tarde, em idade madura, a uma posição referencial na cultura da Bahia e do Brasil.

Em 1855, quando Manuel tinha apenas quatro anos, a grande epidemia de cólera que vergastou sobretudo o litoral e as grandes aglomerações do Império do Brasil, dizimou também, na vila de Santo Amaro, sobretudo a população escravizada e pobre, como sempre. Devido ao flagelo, como também era comum, órfãos pobres foram distribuídos entre famílias pudentes, como “filhos de criação”, forma de servidão disfarçada, que perdurou na pós-escravidão. (DALLA VECCHIA, 2001.)

O moleque Querino, órfão de pai e mãe, foi bafejado novamente pela fortuna, ao ser cuidado possivelmente por uma amiga da família. A seguir, teria sido levado para Salvador, onde Manuel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), juiz dos Órfãos e futuro chefe do gabinete liberal de 1884-5, celebrizado por um malogrado e restritivo projeto emancipacionista, o teria entregado aos cuidados de seu correligionário e amigo Manuel Correia Garcia, falecido em 1890.

Bafejado pela sorte

O “tutor” de Manuel Querino, advogado, jornalista, professor, pedagogo e deputado, fora mandado estudar em Paris para fundar a Escola Normal da Bahia e organizar o ensino primário na província. Se Manuel Querino tivesse recebido como “padrinho” um explorador, possivelmente não teríamos hoje dele notícias. Teria desaparecido no anonimato que recaiu sobre a imensa maioria das multidões de negros livres pobres da época, lutando pela sobrevivência no contexto das maiores dificuldades.

Manuel Garcia não se serviu apenas do trabalho do menino. Era um homem do “Século das Luzes”, vivendo sob as sombras pesadas de um país de escravos. Liberal, educador, espírita, emancipacionista, membro fundador do primeiro Instituto Histórico da Bahia, transformou o órfão em expressão de suas visões de mundo, sobretudo pedagógicas, facilitando-lhe o aprendizado da leitura e da escritura e do ofício de pintor-decorador-desenhista. Por um triz, seu afilhado não terminou com o diploma de arquiteto.

É crível que o menino não possuísse maiores habilidades artísticas, não se destacando como pintor, já que não

sobreviveram a ele obras, trabalhos ou colaborações pictóricas suas, apesar de detidas pesquisas empreendidas. Discute-se ainda sobre sua autoria de um seu retrato, exposto na Sociedade Protetora dos Desvalidos, sem data e assinatura, e algumas ilustrações de suas publicações. (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 1 *et seq.*) Manuel Querino teria, ao contrário, se destacado na ensaística de viés técnico e humanístico.

Deus é grande, o mato é maior

Em 1864, o Império entrou em guerra com as repúblicas do Uruguai e do Paraguai. Os cidadãos livres inebriaram-se de patriotismo e os voluntários abundaram como moscas no mel, esperançosos em recolher as prebendas prometidas aos defensores da Pátria, em uma guerra que se anunciava breve. O ardor pátrio despencou quando o conflito se mostrou longo e doloroso. Então, as autoridades policiais foram obrigadas a arrebanhar os combatentes, não raro no laço, os chamados “voluntários de pau e corda”. Por anos, ecoou através do Império do Brasil o grito “Deus é grande, o mato é maior”. Nessas épocas, foram reprimidos quilombos com quase apenas refratários e desertores! (MAESTRI, 2002; REIS & GOMES, 1996.)

Em 1868, com 16 ou 17 anos, talvez fugindo da conscrição forçada, Manuel Querino viajou a Pernambuco e a seguir ao interior do Piauí, onde, após ser recrutado, foi enviado para a Corte, para ser mandado para o abatedouro do Prata. E, mais uma vez, a fortuna lhe sorriu! A partir de 28 de julho de 1869, ele permaneceu emboscado na Corte, como escriturário do seu batalhão. Certamente não por saber ler e escrever ou por ser de estrutura franzina, como já proposto. Um praça de pré alfabetizado era duplamente valorizado nas tropas imperiais e Querino, mesmo franzino, teria compleição física e saúde superior aos miseráveis caçados através do país como “voluntários”.

É possível que o jovem tenha sido salvo devido à intervenção providencial de algum protetor, talvez Sousa Dantas. Quando foi mobilizado, Caxias abandonara a direção dos combates e fora substituído, em 22 de março de 1869, pelo inepto Conde d’Eu, chegado aos liberais. Com o fim da guerra, em 1º de março de 1870, enquanto Solano López e algumas centenas de seguidores eram massacrados em Cerro Corá, Manuel Querino foi promovido a cabo de esquadra. Em outubro, foi desmobilizado ao igual que milhares de outros praças. Tinha então 20 anos. (GLEDHILLE & LEAL, 2014; MAESTRI, 2017.)

Quase arquiteto

Em 1871, ano da aprovação da dita “Lei do Ventre-livre”, que não libertou ninguém, de volta à terra natal, o jovem Manuel Querino retomou seus estudos, inscrevendo-se nos cursos de francês e de português, no Colégio Vinte e Cinco de Março, concluídos em 1874. Não se tratariam de cursinho noturno de línguas, como comprova seu domínio da narrativa no padrão culto da língua portuguesa. Naquele ano, inscreveu-se no Partido Liberal, dos seus protetores. (CONRAD, 1975.)

Após cursar o preparatório no citado Colégio, ingressou no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, um misto de escola técnica e de faculdade, como empregado e aluno noturno. Para sustentar-se, trabalhava em obras da construção civil, realizando certamente murais, desenhos, pinturas geométricas e alegóricas etc. sobre a pintura, o estuque, a escarola dos muros dos prédios de maior categoria, o que era de amplo uso naqueles tempos e nos que se seguiram.

Seguiu seu mestre, o pintor espanhol Miguel Navarro y Cañizares (1834-1913), com quem estudara desenho, quando ele abandonou o Liceu, para criar a Academia de Belas Artes, em 19 de novembro de 1877. Nesse instituto livre, o jovem baiano seguiu estudando, enquanto trabalhava como pintor-decorador-desenhista. Em 1882, com 38 anos, Querino graduou-se desenhista, no departamento de Arquitetura da Academia de Belas Artes. Por três anos, estudou arquitetura, sem diplomar-se, por falta de professores da Academia.

A vida política

Manuel Querino ensinou desenho no Colégio de Órfãos de São Joaquim e no Liceu de Artes e Ofícios, sendo trabalhos e obras suas agraciadas com medalhas, menções honrosas, etc. Participou de comissões e bancas de exame e de seleção. Em 1893, ingressou como funcionário, na Repartição de Obras Públicas, mais tarde denominada de Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, como 3º Oficial, não tendo progredido administrativamente. (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 2; NUNES, 2007: 239.)

Manuel Querino não teria negado seu apoio ao emancipacionismo e o abolicionismo, sendo mais ativo na adesão ao movimento republicano. Em 1878, teria assinado Manifesto do Clube Republicano de Salvador. (QUERINO, 2018: 144.) Segundo J. Teixeira Barros, seu contemporâneo, ele esteve entre os “participantes de menor destaque no movimento abolicionista”, com uma “presença relativamente anônima ou quase imperceptível”, regional e nacionalmente. (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 8.) Salvo engano, até agora, não foram identificados artigos abolicionistas seus.

Manuel Querino integrou, com destaque, diversas iniciativas em defesa dos artífices, artesãos e trabalhadores, sua categoria profissional, quando ainda jovem e já adulto. Era habitual na construção civil que os trabalhos especializados fossem feitos por artífices livres, negros, mulatos, brancos e estrangeiros, e os trabalhos mais duros ficassem a cargo de trabalhadores escravizados. Haveria uma forte separação profissional e social entre trabalhadores livres e escravizados.

Partido Operário da Bahia

Querino aderiu à Sociedade Liga Operária Baiana (1876), formada sob a tutela do Partido Liberal, com a participação, entre outros *próceres*, de Rui Barbosa e do Conselheiro Dantas, que dirigia a Sociedade. A Liga teve curta vida. Em 1889, no contexto de forte crise que vergastou o trabalho livre urbano em Salvador, Querino participou das articulações pela formação de um natimorto Partido Socialista, proposta derrotada por deputado provincial que participava do encontro, como habitual. (LEAL, 2004: 114, 128, 137.) Não apenas na Bahia da época, o socialismo era uma referência sem conteúdo preciso, infamado devido à insurreição proletária da Comuna de Paris, em 1871. (LISSAGARAY, 1995.)

A República substituiu o voto censitário, direito dos economicamente apaniguados, pelas exigências do eleitor-candidato masculino ter 21 anos e ser alfabetizado. O que era pouco comum, mesmo entre as ditas elites da época. A reforma mantinha reduzido o colégio eleitoral, mesmo expandindo-o em relação ao Império. Os partidos oligárquicos passaram a disputar o voto dos “artistas” e dos “artesãos” urbanos, que contavam com um bom número de alfabetizados e se esforçaram para lançar candidatos “classistas” representando suas reivindicações através dos canais da vida política institucional.

Em 5 de junho de 1890, em Salvador, foi fundado o Partido Operário da Bahia, por 56 “artistas e operários”, categoria que abrangia “alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ferreiros, funileiros, fundidores, douradores, maquinistas, tipógrafos, litógrafos, gravadores, impressores, encadernadores, ourives, pedreiros, carpinteiros, carapinas, marceneiros, marmoristas, pintores, desenhistas, armadores, chapeleiros, ferreiros”, entre outros. (CASTELLUCCI, 2010: 218.) Manuel Querino teria integrado com destaque aquela articulação, sem entretanto ter sido indicado para a “mesa provisória” da reunião que viu nascer a agremiação. (LEAL, 2004: 144.)

Nascimento e divisão

Em fins do século XIX, dominava amplamente na Bahia a produção primária rural. O Partido Operário reuniu sobretudo pequenos empreiteiros, artesãos urbanos diversos, não poucos deles estabelecidos com negócios próprios. O Partido

preocupava-se com a escassez de trabalho, pela alta dos meios de subsistência, com o tabelamento dos serviços, com a diminuição e isenção de impostos, com o estabelecimento do monopólio dos trabalhos públicos aos artífices e artistas, etc. (QUERINO, 2018: 150.) Ele não se destinava a proletários procurando agregar-se para enfrentar os empregadores, proprietários das raras indústrias de médio porte, sobretudo têxteis. Buscava sobretudo eleger representantes dos “artistas” e “artesãos” nas eleições municipais.

Apenas nasceu, o Partido Operário se cindiu em duas “correntes”, a do Diretório da Luso-Guarany e a “Comissão Central promotora do Partido Operário”. A divisão teria surgida das divergências e ambições de caráter pessoal, sob a forte interferência direta da política liberal-oligárquica. Querino integrou, com distinção, o Diretório da Luso-Guarany, referindo-se, anos mais tarde, em forma certamente não isenta, àqueles acontecimentos e a sua participação neles, no livro *As artes na Bahia*, de 1909, nos capítulos “Operários Políticos”, “Movimento Operário na República”, “Congresso Operário”, publicados anteriormente no Jornal de Notícias e no Diário de Notícias. (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 10; CASTELLUCCI, 2010: 218; 2018; QUERINO, 2018.)

Nos capítulos citados, Manuel Querino realiza o elogio do conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas que, ao criar dissidência do partido liberal histórico, teria “assentado sua tenda de combate nos arraiais operários”. Segundo ele, teria partido do “Conselheiro Dantas a introdução do operariado na política”, no “intuito de fazer valer o voto da classe”, a fundação do “Lyceo, Escola de Bellas Artes”. O Conselheiro teria concedido “subvenções e proteção” à “Liga Operária” de 1876. (QUERINO, 2018: 143-4.)

Em julho de 1893, as duas tendências – o Partido Operário e a União Operária – teriam se reunificado no Centro Operário da Bahia, que, no ano seguinte, contava com cinco mil associados, sobretudo artesãos e artistas pretos, pardos, mestiços e brancos. Um considerável número de aderentes. O Centro também não arregimentava operários fabris, estivadores, ferroviários, etc., e teria como sócios “honorários, beneméritos e benfeitores” membros da política oligárquica, que funcionavam como mediadores nas reivindicações do Centro diante das autoridades, na formação das listas eleitorais, etc. Sua orientação era fortemente moderada e integracionista. (CASTELLUCCI, 2010: 211-12.)

O movimento operário propriamente dito, classista, reivindicatório, grevista, revolucionário, voltado à organização do mundo do trabalho urbano diante do capital, surgiria em Salvador e na Bahia, como no resto das capitais do Brasil, nos anos seguintes, sob uma direção muito logo hegemonizada pelo anarquismo. Não apenas devido à fácil cooptação e controle eleitoral permitido pelo voto aberto, o anarquismo denunciava e boicotava as eleições na República Velha (1889-1930) e combatia duramente as direções operárias colaboracionistas. (ALVES, 1981; OITICICA, 1970.)

Vale tudo eleitoral

A divisão no momento da fundação do Partido Operário se manteria no seio da organização reunificada. Em geral, as candidaturas do grupo majoritário, na direção do Centro, tendiam a dar-se nas listas do “partido que controlava o governo e o aparelho do Estado”. As dos grupos minoritários, na oposição, participavam comumente das eleições com “candidaturas avulsas” e nas listas da oposição oligárquica ao partido no governo. Os candidatos do Centro raramente se apresentaram para os cargos legislativos e muito menos para os executivos estadual ou federal, monopólio dos representantes das classes dominantes.

Manuel Querino teve uma participação de destaque nas disputas no seio do Partido Operário e do Centro Operário. Ele se apresentou às eleições de 1890 e foi eleito para o Conselho (executivo) Municipal na legislatura de 1891-2. Tentando se reeleger para a legislatura 1892-3, ele teria amargado uma 22ª colocação na votação, superado em votos por diversos candidatos “classistas”. Francisco Luiz Azevedo, ferreiro mestiço, com oficina própria, elegeu-se ao Conselho Municipal, com cinco mil votos, com apoio oligárquico. Foi precisamente em 1893, no auge de sua atividade política, que Querino teria ingressado na função pública.

Em 1896, o Centro Operário se mobilizou para as eleições, se comprometendo com uma “postura mais ativa, proba, autônoma e independente” e prometendo que seus representantes se ocupariam apenas com os “legítimos interesses do povo”. Manuel Querino preferiu chapa mais confiável, se apresentando na lista do Partido Republicano Federalista, oligárquico e governista, obtendo apenas uma suplência. O Centro Operário elegeu cinco suplentes. (CASTELLUCCI, 2010: 211, 221.)

Ainda em 1896, devido a uma grave crise política oligárquica e renúncias no Conselho Municipal, foram empossados os suplentes do Centro Operário e Manuel Querino, suplente na lista do Partido Republicano Federalista. Em nova eleição, em 11 de julho de 1897, Querino foi “reconduzido” ao Conselho Municipal como titular, obtendo elevada votação, sempre na lista de facção republicana então majoritária. Entretanto, nas eleições para a legislatura 1899-1900, amargou uma 23ª colocação, com apenas 324 votos. Na ocasião, diversos membros do Centro Operário, apoiados por facções oligárquicas, se elegeram para cargos variados, no Conselho Municipal, como suplentes, para as juntas distritais, etc. (CASTELLUCCI, 2010: 226.)

A excepcionalidade de Manuel Querino

De 7 de novembro de 1896 a 5 de outubro de 1897, os sertões do Estado da Bahia eram incendiados pela revolta camponesa de Canudos, que se concluiu com o massacre dos combatentes conselheiristas, sem apoios na população urbana. Não sabemos se Manuel Querino e o Centro Operário se manifestaram sobre o massacre da população do sítio sertanejo de Belo Monte. (MACEDO & MAESTRI, 2011.)

Após a derrota eleitoral de 1899, Querino teria abandonado a política ativa, onde alcançara êxito relativo, dedicando-se à produção intelectual. Apesar de sua importante intervenção na vida política operária baiana, é um exagero apologético propô-lo como “uma das primeiras lideranças classistas do movimento operário baiano” e pioneiro do trabalhismo no Brasil, como teriam feito dois estudiosos Hardman e Leite, quando das celebrações do I Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil. (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 7) Sua intervenção política e os movimento em que participou não tinham um viés “classista” e ele jamais levantou ou se preocupou em levantar um programa “trabalhista para o país”. O Centro Operário seguiu ativo, por longos anos.

Manuel Querino tinha, então, cinquenta anos. Ele alcançaria igualmente bons resultados na sua nova empreitada intelectual, devido aos seus indiscutíveis dotes de escritor e de pensador e alguns apoios ainda não suficientemente revelados. Querino publicaria, em vida, diversos livros, vários deles reeditados em um limitado lapso de tempo, o que era excepcional na época, devido ao elevado custo das edições, ainda mais para um autor negro.

Fora dois manuais técnicos e trabalhos menores, em 1909, Querino publicou *As Artes na Bahia*: esboço de uma contribuição histórica, reunindo artigos seus sobre o tema, com segunda edição ampliada em 1913. Também em 1909, lançou *Artistas baianos*: indicações biográficas, pela Imprensa Nacional, com uma reedição, em 1912. A primeira edição recebeu um conto de réis de subvenção da Intendência Municipal, mostrando que sua passagem pelo mundo político fora frutífera. Em 1916, lançava *A Bahia de outrora*: vultos e fatos populares, também reeditado, em 1922. E, em 1917, apareceu *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Uma campanha editorial que não muito autores baianos de sua época teriam alcançado a realizar.

Em vida, Manuel Querino empreendeu a difícil luta pela progressão social dos membros das desmilinguidas classe médias de sua época, mesmo quando contavam com apoios nas classes dominantes. Dificuldades, como foi o seu caso, acrescidas quando sofriam o estigma de origem africana. Como habitual, ele procurou consolidar seu avanço na sociedade integrando-se e conquistando apoios no mundo institucional. Para tal, procurou distinguir-se no mundo das Artes e, sobretudo, das Letras, caminho tradicional para o reconhecimento da sociedade de então. O fez sem renegar suas raízes de classe e de raça, tendo como um dos seus temas centrais a contribuição africana e afro-descendente na construção do Brasil.

Em escrito seu, destacou sob luzes positivas as associações a que pertencia e pertencera, sua formação institucional e atividades profissionais. A lista é imensa: pintor, desenhista, arquiteto, sócio-fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; sócio correspondente da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris, com a qual se correspondia certamente em francês; capitão da Guarda Nacional ... (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 4.)

A trajetória ascendente de vida de Querino não é destoante, em grau elevado, para a época em que viveu. Contam-se aos milhares os descendentes de trabalhadores escravizados que progrediram e não apenas quando receberam os raros apoios concedidos por membros das ditas elites, como no seu caso. Os dois mais destacados escritores brasileiros, Lima Barreto (1881-1922) e Machado Assis (1839-1908), reconhecidos e consagrados como ficcionistas ainda em vida, tinham forte ascendência africana. Ao contrário de Querino e Lima Barreto, Machado de Assis tentou esconder, até onde pode, sua mulatise.

Mulatos exemplares

Em um seu escrito, Manuel Querino arrolou mulatos de sucesso, todos mortos, certamente para não se criar problemas: “Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas o Cabra, João da Veiga Murici”. (QUERINO, 1918.)

Nos séculos anteriores, não foram poucos os mulatos, pardos, negros crioulos e mesmo africanos que alcançaram a progredir no mundo escravista. No século XVIII, os compositores mulatos, sobretudo mineiros, dominaram a música barroca no Brasil colonial, com composições pagas em onças de ouro. Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho (1738-1814), mineiro, filho de um lusitano e de uma cativa, foi apenas o mais excelente escultor, entalhador, carpinteiro e arquiteto mulato de sua época. Durante o cativeiro, por diversos caminhos, trabalhadores feitorizados, após alcançarem a liberdade, tornaram-se pequenos e médios proprietários escravistas. (LUNA, 1981.)

Um dos homens mais ricos de sua época, o afro-descendente Francisco Paulo de Almeida (1826-1901), proprietário de em torno de “mil almas”, foi agraciado com o título de barão de Guaraciaba, em 1887, pelo Estado imperial. Esses avanços individuais deviam-se ao fato de que a sociedade do Brasil pré-abolição era regida por ordenamento sócio-econômico escravista colonial, e não racial. Como hoje, o que dividia a sociedade era a propriedade, na época, expressa sobretudo na posse de trabalhadores escravizados. Tudo no contexto do forte racismo anti-negro que se manteve após 1888.

Um negro, mulato ou pardo, proprietário de trabalhadores escravizados, era elevado à categoria de senhor de escravos, apesar de reticências sociais em razão diretamente proporcional ao seu grau de africanidade, reservas postas crescentemente em surdina segundo ao seu nível de riqueza. Foram talvez dezenas de milhares os homens e mulheres negros que se incorporaram aos segmentos sociais médios e elevados durante os mais de três séculos de escravidão, bafejados pela sorte ou devido a esforços ingentes. Em geral, eles se diluíam na comunidade dita branca, por casamento, também como estratégia de consolidar o movimento de elevação social. (MAESTRI, 2023.)

Entretanto, os ex-cativos que progrediram foram sempre uma minúscula parcela dos milhões de africanos e afro-descendentes que vegetaram na escravidão. E, entre os primeiros e os segundos, dominavam as diferenças de classe e não a identidade de cor. Foi provérbio da senzala que “negro no eito, vira copeiro, não óia mais pro seu parceiro”. Nos tempos atuais, alguns raros trabalhadores por aplicativo se transformarão em “empreendedores” de êxito, enquanto multidões de seus ex-colegas seguirão sendo explorados até a medula dos ossos. Esses casos excepcionais não debilitavam e debilitam, mas fortaleciam e fortalecem as estruturas sociais profundas que sustentam a exploração do trabalho.

Uma obra luminar

Manuel Querino explorou múltiplos gêneros da ensaística, não raro em forma pioneira – historiografia, antropologia, etnografia, linguística, memorialística, jornalismo, etc. Sua excepcionalidade se encontra, essencialmente, em ter publicado, em 1918, um esboço interpretativo pioneiro, sob a sociedade brasileira pré-Abolição, com lampejos de singular radicalidade – *O colono preto como fator de civilização brasileira*. Interpretação que, como habitual, não teve desdobramento e continuidade nas nossas ciências sociais, pois inaceitável para as classes dominantes.

Cancelamento relativo que conheceram os trabalhos também luminares do jovem intelectual comunista Clóvis Moura, *Rebeliões da senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas, de 1959, e do francês, trotskista e surrealista Benjamin Péret, de 1956, *O que foi o quilombo de Palmares*. (MOURA, 1959; PÉRET, 1956; MAESTRI & PONGE, 2002.) Mesmo conhecidas e publicadas, essas obras não receberam a chancela da intelectualidade hegemônica coeva a ela, impedindo que elas fossem legitimadas e alavancassem trabalhos apoiados em suas percepções germinais sobre a formação social brasileira.

O livro citado de Clóvis Moura foi esnobado e rejeitado por seus dois célebres camaradas de Partido, consultados por ele em procura de apoio – Édison Carneiro e Caio Pardo Júnior. Fatos aos quais nos referimos, em trabalho, com documentação fornecida pelo próprio Clóvis Moura, em livro publicado em homenagem a Clóvis Moura, de escassa circulação, e, mais tarde, em forma ampliada, em nosso livro *Filho de Cã, Filhos do Cão: o trabalhador escravizado na historiografia brasileira*, de. (SÁVIO, 2003; MAESTRI, 2022.)

Em 1916, com 61 anos, Manuel Querino aposentou-se como “terceiro oficial da Secretaria da Agricultura”, com vencimentos integrais. Morreu em Salvador, em Matatu Grande, em 14 de fevereiro de 1923, com 71 anos, no ano seguinte à fundação do Partido Comunista do Brasil – seção da III Internacional. Quando de seu falecimento, teria deixado viúva e dois filhos vivos, Paulo Querino, artista e violinista e Maria Querino, professora. Em seu enterro estiveram presentes amigo e confrades, tendo sido o falecimento anunciado nos principais jornais do Brasil. A partir dos anos 1930, com o impulso dos estudos antropológicos e sociológicos sobre os negros no Brasil, passou-se a destacar sobretudo seus trabalhos pioneiros relacionados à história e os costumes afro-baianos e afro-brasileiros. (GLEDHILLE & LEAL, 2014: 3,17.)

A centralidade do mundo do trabalho

Entre os livros de sucesso de público de Manuel Querino destacam-se *A Bahia de outrora*, de 1916, e a *Arte culinária na Bahia*, póstumo, de 1928. Menor destaque teve seu breve ensaio, *O colono preto como fator de civilização brasileira*, publicado, como livreto, em 1918, pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, e reeditado em 1955. Na capa da publicação de 1918, se lê: “Memória apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Belo Horizonte”, que teria ocorrido, porém, em 1919. (CARDOSO, 2011.) Em 1980, o opúsculo foi publicado no número 13 na Revista Afro-Ásia.

O escrito sintético ensaia uma interpretação sociológica que, como sobretudo o trabalho citado de Clóvis Moura, colocava o trabalhador escravizado, hegemônico até a Abolição, não como objeto, mas como demiurgo da sociedade brasileira. Realiza, assim, no plano das interpretações, ensaio de dissolução das leituras classistas sobre o trabalho produtivo e das fantasmagorias racistas sobre africanos e afro-descendentes. Uma visão radicalizada, a partir dos anos 1970, em importantes trabalhos sociológicos, historiográficos, econômicos, com destaque para a tese magistral de Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, de 1978. (GORENDER, 2013.)

Como dificilmente podia deixar de ser, na articulação inicial de *O colono negro (...)*, Querino apoiou-se no estágio de então do desenvolvimento das ciências sociais alienadas, em voga no Brasil e em boa parte do mundo. Na explicação das causas do processo civilizacional negro-africano e da gênese da escravidão, abraçou a visão difusionista do imperialismo triunfante, propondo que todo o avanço civilizatório, com destaque para o Continente Negro, provinha de um “ponto” de

“difusão” cultural “superior”, no passado ou no presente. Negava-se, assim o desenvolvimento endógeno na África Negra. (MAESTRI, 2022 A.)

O intelectual negro baiano propõe terem sido os “missionários” europeus os “introdutores dos conhecimentos indispensáveis ao modo de viver do africano” e que as “colônias portuguesas” teriam contribuído ao processo civilizador do Continente. No contexto dessas visões afinadas com a literatura oficial da época, registra sua visão acumulativa do processo civilizacional, como fenômeno tendencialmente unitário. Em um outro trabalho, lembrava que “todos os povos” haviam passado por níveis elementares de desenvolvimento. (QUERINO, 2021: 14.)

Construtor da nacionalidade

O pensador baiano perfilhou igualmente as teses do nascimento da escravidão luso-brasileira da ganância européia; do exemplo árabe e de “outras nações da Europa”; da realidade climática e da péssima qualidade humana dos primeiros “colonos brancos” – “degredados” “viciosos”, “soldados de presidio” –, tese corrente na época no Brasil. Concordava, também, com a visão determinista geográfica e racial da impossibilidade do europeu de realizar trabalhos braçais sistemáticos nos Trópicos.

Essa interpretação seria reafirmada e consagrada por Gilberto Freyre, em 1933, em *Casa-grande e Senzala*, apesar das centenas de milhares de colonos europeus que mourejavam, de sol a sol, sem se derreterem, sobretudo no Centro-Sul e Sul. (FREYRE, 1990.) Propunha Manuel Querino: “Os portugueses saídos de uma zona temperada para se estabelecerem em um clima ardente, diverso do da metrópole, seriam incapazes de resistir ao rigor dos trópicos, de desbravar florestas e arrotear as terras [...]” (QUERINO, 1918: 14).

Para ele, tendo em vista a incapacidade sócio-biológica e a desqualificação moral do “colono branco”, a civilização da América lusitana nasceria essencialmente da qualidade e da operosidade do “colono negro”, como define o trabalhador negro-africano escravizado, que apresenta como verdadeiro “herói do trabalho”. Trabalho produtivo visto, por ele, como ação humana qualificadora e emancipatória, arrisco a propor, em uma ótica marxista, salvo engano meu, por ele desconhecida no total.

Desde 1530, por algumas décadas, a escravidão dos nativos fora hegemônica no Brasil colonial. Sua substituição pela feitorização de negro-africanos deveria-se, também segundo Querino, à superioridade do trabalhador africano. (MAESTRI, 2013; MONTEIRO, 1994.) Outra tese abraçada por Freyre em sua hierarquização racial e racista das “raças” fundadoras da “nacionalidade brasileira”. Manuel Querino propunha que, dizimados os estoques do litoral de nativos, o português “parasita” e sem “amor ao trabalho”, foi arrancar o “braço possante” e mais confiável “do africano” do “celeiro inesgotável que fora o continente negro”, para impulsionar a produção colonial de vegetais e minerais. (QUERINO, 1918: 8, 9, 16.)

Ao contrário de Freyre, Manuel Querino impugnava o lusitano como agente da civilização. A preguiça sociológica do colonizador português teria favorecido os “homens de cor”, introduzidos exclusivamente em artes “mecânicas” tidas pelos colonizadores e seus herdeiros como “castigo” e “infamantes”. Ao assinalar o caráter civilizador do trabalho produtivo, mesmo na escravidão, em inversão metodológica radical, desvelou as essências, por um lado, do trabalhador escravizado, construtor das riquezas das quais era privado, e, por outro, do seu opositor, o escravizador luso-brasileiro, parasita social, incapaz de sobreviver, a não ser a custa de seu hospedeiro, que, por sua vez, vivia, apesar do escravizador.

Classe contra classe

A resistência dos cativos, sob diversas formas, preocupava permanente os escravizadores, que a explicavam sobretudo como produto da selvageria dos cativos crioulos e africanos. (GOULART, 1972.) Nos anos 1860, em poesia de singular

radicalidade, Castro Alves definira o caráter social e individual positivo e revolucionário de todas as expressões daquela resistência. (MAESTRI, 2000.) Querino reafirmou essa visão e organizou as formas tradicionais de resistência em uma evolução que sugeria a tomada crescente de consciência do cativo.

Falou do suicídio como forma elementar de oposição à escravidão, superada quando os escravizados compreenderam que eram seus exploradores que deviam “padecer morte violenta”. Então, não “vacilaram” em pôr “em prática os envenenamentos” e as “trucidações” dos algozes, para recorrer, a seguir, à “fuga e à resistência coletiva”, em “núcleos de trabalho” – quilombos – onde não medravam “vagabundos e malfeitores”. Via o quilombo como uma recriação americana de prática africana, devido ao esforço produtivo do braço forte de escravizados gozando de liberdade conquistada e mantida ainda que “por um fio”. (QUERINO, 1918: 24-28.)

Manuel Querino propunha: “Extenuado por uma série de lutas constantes, cerceado por todos os meios, em suas aspirações, mas, firme, resoluta, confiante em seu ideal, o africano escravo não se desiludiu, não desesperou; tentou outro recurso, na verdade mais conforme com o espírito de conservação – a confiança no trabalho próprio.” (QUERINO, 1918: 29.) Um dos capítulos do ensaio é integralmente dedicado às formas de libertação através do esforço produtivo.

Um homem entre dois mundos

Possivelmente em um esforço de acomodação ao mundo intelectual de então, do qual fazia parte, Querino retoma a tese da severidade apenas relativa dos escravizadores e da dedicação integral do cativo à família do proprietário, duas visões dependentes das interpretações dos escravistas sobre a escravidão, dominantes em sua época. Sobre o castigo, escreveu: “O castigo nos engenhos e fazendas, se não requintava, em geral, em malvadez e perversidade, era não raro severo, e por vezes cruel. Mas, apontavam-se com repulsa social, os senhores que disso abusavam (sic).” (QUERINO, 1918: 19.)

Defendeu igualmente a proposta da dedicação incondicional do cativo doméstico à família do escravizador. “Foi no lar do senhorio que o negro expandiu os mais nobres sentimentos de sua alma, colaborando, com o amor dos pais, na criação da tenra descendência dos seus amos e senhores, com o cultivo da obediência, do acatamento, do respeito à velhice e inspirando simpatia, e mesmo amor a todas as pessoas da família.” (QUERINO, 1918: 34)

Essa sua visão apologética das relações das cativas domésticas e de seus escravizadores certamente era também uma resposta à demonização dos cativos urbanos e domésticos, nos últimos tempos da escravidão, quando os setores cafeicultores esforçavam-se para que eles fossem vendidos para trabalhar no eito dos cafezais, onde havia dolorosa penúria de braços – para os proprietários, é claro. As *vítimas algozes: quadros da escravidão*, de 1869, de Joaquim Manoel de Macedo, é exemplo excelente de literatura ficcional em prosa, que se desdobrou para difundir aquela proposta da transferência dos cativos das cidades e das moradias para os eitos da cafeicultura. Quando da publicação do romance, com os seus feitiços africanos envenenadores e mucambas pervertendo as virginais senhorinhas, Manuel Querino tinha dezoito anos. (MACEDO, 1991.)

Querino nasceu sob a escravidão, superada apenas quando já tinha 37 anos. Nas décadas finais de sua vida, ele se afastou da atividade produtiva direta para viver do ensino e de função pública, morrendo quando as interpretações avançadas do mundo social ensejadas pelo proletariado moderno começavam a engatinhar no Brasil. No contexto em que viveu, Querino não podia ir além de uma leitura de mundo operária, plebéia, democrática, que, no seu caso, na pós-Abolição, assumiu um programa social integracionista.

O radicalismo de um Castro Alves (1847-1871) e de um Luis Gama (1830-1882) fora produto da luta pela destruição da escravidão, quando o abolicionista assumiu caráter revolucionário. Abolicionismo que Querino apoiou mas não se entregou a ele, talvez porque isso o afastaria do caminho de vida que se definira. Seriam necessárias quatro décadas, a consolidação da hegemonia do capitalismo e da centralidade da contradição trabalho versus capital no Brasil, para que Clóvis Moura e Benjamin Péret avançassem suas visões revolucionárias pioneiras sobre a formação social brasileira.

O mundo do trabalho

Manuel Querino descreveu, em forma pioneira, o cenário social de um mundo nascido na escravidão e na oposição exploradores e explorados devido a posições diversas na estrutura social, impostas pela coerção. Teria contribuído para que empreendesse esse salto de qualidade analítico ter trabalhado na construção civil, como artífice, por longos anos, ainda sob a escravidão, antes de elevar-se ao status de professor e funcionário público.

Na segunda metade do século XIX, na construção, os trabalhos que exigiam domínio de técnicas artesanais eram realizados comumente por trabalhadores livres – negros, mulatos, pardos, brancos, estrangeiros –, enquanto as tarefas mais duras recaíam sobre os trabalhadores escravizados. Também durante a República Velha (1889-1930), artesãos pintores, decoradores, etc. trabalhavam sobre a pintura e os estuques dos prédios de maior categoria, sobre os tetos de madeira, aplicavam a escariola nas paredes, etc. (GUTIERREZ, 2004.)

Manuel Querino debruçou-se sobre escravismo procurando resgatar a centralidade do africano e afro-descendente escravizados, quando havia já trinta anos, o trabalhador escravizado extinguiu-se como categoria social e o operariado livre negro, seu descendente, vivia em difíceis condições, em uma sociedade-economia semi-colonial predominantemente rural, sob os pesados legados herdados da escravidão. (MAESTRI, 2021.)

Manuel Querino falava do negro-africano cativo com os olhos fixos no seu descendente afro-brasileiro que, em alguns casos, viu como uma quase regressão social em relação ao africano. Visão talvez inspirada no esplendor de um produtor africano nascido em sociedade livre, em contraste com seus descendentes, paridos e crescidos em uma sociedade escravista patogênica. Definiu o colono “branco” como um ser parasitário e os africanos e afro-descendentes livres e escravizados como exemplo de criatividade e operosidade.

Ele parece apontar como a solução para o anátema lançado, pelo “racismo científico”, sobre a nação brasileira, devido a sua população negra e mestiça, a superação racial e social das categorias africano e português. (RODRIGUES, 1977.) Propõe como principais “grandezas” e recursos do país a “uberdade do solo”, como era tradicional, e o “talento do mestiço”, o que era novo. Era, nesse sentido, “miscigenista”. Enumera, como exemplo desse manancial nacional de recursos, mestiços magníficos.

Manuel Querino, uma revolução para a linguagem

A linguagem que se serve Manuel Querino em sua narrativa é aspecto magnífico mas pouco estudado de sua produção. Em época em que, no ensaísmo, dominava a linguagem pomposa, cientifizante e rebarbativa, ele escrevia em forma escorregadia, direta, precisa e simples. Seus escritos registram escritor de recursos que não produziu narrativas mais longas por falta de condições materiais e de tempo. Sua maior contribuição foi desvelar, como proposto, a verdadeira essência de trabalhador escravizado no “negro escravo”, como demiurgo da sociedade nacional, para além das visões de classe, de sua época, que se perpetuam em não poucas leituras atuais.

Alguns de seus trabalhos, sempre redigidos com primor, constituem igualmente poderoso elogio fúnebre aos milhões de africanos escravizados construtores da nacionalidade, em momento em que eles extinguíam-se no tradicional abandono e pobreza conhecido pelos velhos trabalhadores, sobretudo ex-cativos. Querino tem consciência do manto de esquecimento que se estende sobre o passado com o desaparecimento das últimas gerações de africanos escravizados no Brasil. (QUERINO, 2021.)

Sobretudo, mas não apenas, em *O colono preto como fator de civilização brasileira*, assumindo as vestes de linguista, Querino intuiu a impossibilidade de apresentar as novas realidades sociais profundas que revelara servindo-se de

linguagem e categorias geradas no processo de exploração social que criticava. No ensaio em questão, sua escritura registra a necessidade de revolucionar as formas lingüísticas tradicionais para expressar o novo e essencial conteúdo do fenômeno que desvelava. (CARBONI & MAESTRI, 2005.)

Querino designa o habitante da África como “africano”, e não anacrônica e ideologicamente como “negro”, conceito de que se utiliza apenas cinco vezes na obra em questão. Intuíra certamente que a forma “negro” obliterava o fato de que, na África, até a chegada dos europeus, não havia “negros” e “pretos”, mas africanos de diversas tradições culturais, divididos por múltiplas clivagens nacionais, étnicas, generacionais, sexuais, econômicas, sociais. As populações africanas tornaram-se “negras” apenas em relação aos vorazes europeus que aportaram nas costas do continente.

Até décadas antes de redigir *O colono preto (...)*, o termo “africano” funcionara como sinônimos de “escravo”, categoria que ele usa quatorze vezes, se servindo menos frequentemente de “africano escravo” e “africano escravizado”. Manuel Querino utiliza apenas cinco vezes a categoria “escravo”, em forma isolada, para referir-se aos africanos ou afro-descendentes feitorizados. Em geral, para substituir o termo “escravo”, serve-se da categoria “colono negro” ou “colono preto” e ainda “herói do trabalho”. Usa também os termos “negro” ou “preto”. Serve-se do termo “escravo” para designar sobretudo o trabalhador escravizado na Grécia e em Roma.

Linguagem escravizada

A categoria “colono preto” é sugestão pertinente para definir a qualidade do trabalho dos produtores diretos africanos e afro-descendentes feitorizados. Entretanto, ela confunde o trabalhador escravizado africano e afro-nacional com o camponês negro livre, de antes e de após 1888, diluindo as formas de exploração distintas que conheciam. A categoria “colono branco”, usada uma vez, não se refere à produção, mas ao ato de colonizar. “Por isso, o colono branco vinha (de Portugal, para o Brasil) com o espírito atormentado pela ganância [...]”. E as duas categorias não registram a oposição de classe entre ambos, entre o escravizador e o escravizado.

Querino supera esta contradição ao se servir comumente do particípio passado para descrever o homem e a mulher submetidos à escravidão – “africano escravizado” ou, sobretudo, “escravizado”. Essa forma verbal sugere um agente oculto, o escravizador, que escraviza alguém, o escravizado, que conhecera a liberdade ou era, por natureza, um ser livre. Essa forma começa a ser utilizada nos dias de hoje pelas ciências sociais.

Manuel Querino intuiria que a utilização da categoria “negro escravo” e “preto” enfatizava a cor “negra” e “preta” da pele dos trabalhadores africanos e afro-descendentes feitorizados, ideológica e socialmente desvalorizada, em relação a uma cor “branca”, prestigiada. Assim, o citado uso do particípio passado, puro, ou seja, escravizado, dilui a pretensa natureza servil sugerida pela substantivação ou adjetivação, como ocorre, parcialmente, nas formas de origem aristotélicas – “negro escravo” e “africano escravo” e, plenamente, na palavra “escravo”. (CARBONI & MAESTRI, 2005.)

O esforço de Manuel Querino de superar a linguagem herdada da escravidão opunha-se à ocultação ou velamento das contradições sociais permitidas pelas formas nominais e flexões vocabulares, questão que apenas hoje desperta o interesse que merece. Nesse sentido, “escravizador” é a denominação que explicita em forma mais perfeita a essência do explorador de trabalhador escravizado. Como os designativos “escravo” e “escravizado”, também as formas “escravocrata” e “escravista” possuem insinuações semânticas que encobrem o ato de exploração.

Através do sufixo “ista”, o nominativo “escravista” descreve um ser favorável à escravidão, como instituição, e não um agente ativo de consecução daquela ordem, através da submissão e exploração violenta do trabalhador escravizado em seu proveito. As substituições de “negro”, “preto”, “escravo” por “trabalhador escravizado”, por um lado, de “amo”, “senhor-de-escravos”, “escravista”, etc., por “escravizador”, por outro, restabelecem a conexão histórica, no contexto de suas determinações singulares, entre os explorados e exploradores de ontem e de hoje. Recompõe o fio de Ariadne que une, na diversidade, todas as formas de trabalho e de sua exploração.

O bom e o mau uso

Nos últimos anos, Manuel Querino tem despertado um maior interesse nos meios acadêmicos e intelectuais, devido ao valor de sua produção, atenção anteriormente semi-monopolizada pelos estudiosos baianos, envaidecidos por mais esse valioso intelectual produzido pela terra natal. O que está permitindo um mais fácil acesso a seus escritos e uma melhor conhecimento de sua vida. Apesar de novos e valiosos estudos, como a tese de doutoramento da historiadora Maria das Graças de Andrade Leal, não temos ainda uma biografia exaustiva desse destacado pensador. Falta-nos uma coleta e publicação meticulosa e exaustiva de seus artigos escritos em jornais e revistas. Apesar de alguns trabalhos valiosos, salvo engano, falta-nos informações mais precisas de sua vida quando artesão na construção civil e de seus anos de política militante.

Esse maior conhecimento nos permitirá também uma melhor compreensão do salto de qualidade analítico realizado em *O colono negro (...)*, de 1918, e da sua inserção na tênue e pouco conhecida linha de interpretação crítica da ordem escravista lusitana, luso-brasileiro e brasileira desde o século XVI. Visões críticas da escravidão cuidadosamente silenciadas, reprimidas, canceladas pelas classes sociais dominantes.

Manuel Querino se inscreve certamente na linha dos intelectuais lusitanos, luso-brasileiros e brasileiros que expressaram, direta ou obliquamente, no mundo das representações, os trabalhadores escravizados em oposição à ordem escravista que os aplastava. Entre eles, destacam-se certamente o cristão-velho e gramático Fernão de Oliveira (1507-1581), em forma mais oblíqua, o cristão-novo de judeu António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), o paradoxal charqueador escravista luso-rio-grandense Antônio José Gonçalves Chaves (c. 1781-1837), o poeta Castro Alves (1847-1871). (MAESTRI, 2022.)

Os milhões de Querinos perdidos

No contexto desse Primeiro Centenário da morte de Manuel Querino, se tem avançado uma leitura pragmática, utilitária e oportunista, que se serve da vida do magnífico intelectual baiano, com objetivos político-ideológicos redutores. Nessa avaliação, Manuel Querino seria um exemplo excelente do caminho a ser seguido para a ascensão social individual de afro-brasileiros no contexto da ordem social capitalista em vigor. Ele seria uma espécie de patrono do tão badalado “empreendedorismo negro”, propalado diuturnamente pela grande mídia e outros aparatos e instituições do grande capital.

Nesse corta e cola oportunista da história, para uso aleatório no presente, não são poucos os que apontam o intelectual negro baiano como um exemplo incontornável dos resultados magníficos das ações de “discriminação positiva”, em geral, e das “políticas de cotas” universitárias, em especial. Manuel Querino teria podido superar o provável miserável destino de criança negra pobre no mundo escravista, apenas devido à proteção individual com a qual pode contar, menino, adolescente e adulto, por parte de destacados membros da classe dominantes.

Há um fundo de verdade, nessa proposta. Se não fosse esses apoios, possivelmente o menino Manuel teria desaparecido no redemoinho do anonimato que sugou milhões de outros Querinos abandonados às suas sortes na escravidão e na pós-Abolição. Foram as oportunidades excepcionais que permitiram progredir no seu esforço de ascensão social, apesar dos enormes escolhos com que se defrontou, em uma sociedade escravista e pós-escravista prenhe de barreiras sociais e preconceitos raciais. E, assim, pode obter não poucas vitórias individuais e contribuições sociais.

Essas leituras obliteram realidade incontornável. Manuel Querino nasceu no seio da comunidade de negros livres e foi impulsionado pelos mais que raros apoios concedidos a ela. O que lhe permitiu desenvolver sua inteligência e determinação, para progredir, primeiro, como artista-artesão, em sociedade escravista, e, mais tarde, como professor, político, escritor e funcionário público, na pós-escravidão. Integrou-se, assim, com relativo sucesso, aos frágeis segmentos

médios do fim do Império e de República Velha.

Livres e escravizados

Tendo nascido livre, Manuel Querino pode trilhar um caminho, ainda que difícil, vetado totalmente aos escravizados. Nos quase quarenta anos que viveu, livre, sob a escravidão, milhões de africanos e afro-descendentes feitorizados, para libertarem-se, deviam fugir para um quilombo, para além fronteira, para tentar mimetizar-se na população negra nos sertões e nas cidades. Para os escravizados, as portas da liberdade se abriam mais comumente quando da morte, da velhice improdutiva, ou após ganharem ou comprarem a alforria, alquebrados pelo trabalho duro.

Para os cativos que nasceram e viveram sob a escravidão, uma sociedade fortemente ágrafa, o caminho da liberdade não era uma alfabetização impossível, e, no frigar dos ovos, pouco funcional, como já tem sido sugerido. Mesmo atualmente, o nível de educação das classes trabalhadoras tem aumentado significativamente, sem que a isso corresponda um retrocesso da exploração, do desemprego, do mau emprego, dos salários aviltados, etc. Através do mundo desenvolvido já temos dezenas de milhares de uberistes diplomados e pós-diplomados, entre eles, não poucos historiadores. O que interessava aos cativos era libertar-se do cativeiro, individualmente ou em grupos, e destruí-lo, quando fosse possível.

Mutatis mutandis, multidões de explorados e marginalizados de todas as pelagens vivem, hoje, situação algo semelhante a dos cativos do passado. Para eles, pouco importa se algum felizardo se alce na despótica sociedade nacional, se continuam afundados em todo tipo de dificuldades. Manuel Querino definiu o trabalhador como o demiurgo do mundo de sua época, quando vivia sob o atraso também material da escravidão e da pós-Abolição. Hoje, quando a riqueza improdutiva transborda em forma impudica através do mundo e no Brasil, é um acinte propor, aos explorados, como meta, a promoção social de alguns poucos privilegiados, verdadeiros sortudos, consolidando a sociedade de classes.

Não há sentido em defender que mais alguns embarquem, em geral na segunda e terceira classe do trem da felicidade dos privilegiados, que apesar de ter lugar para todos, continua avançando semivazio, tendo como locomotiva o esforço dos explorados. A luta pela emancipação social deve ser um movimento que avance e se fortifique, abraçando em forma inexorável, no aqui e no agora, a todos os subalternizados, sem privilégios e exceções. No Brasil, são bem mais de dez milhões os jovens “entre 15 e 29 anos que não estudam e não trabalham”. (*Extra Classe*, 11/12/2023.) Nada contra que alguém grite e exija que o Estado regue suas hortalças, desde que não diga demagogicamente que está procurando fazer chover na horta de todos.

***Mário Maestri** é historiador. Autor, entre outros livros, de *Filhos de Cã, filhos do cão*. O trabalhador escravizado na historiografia brasileira (FCM Editora).

Artigo escrito com o apoio da linguista **Florence Carboni**.

Referências

ALMEIDA, Sávio. *O Negro no Brasil: Estudos em homenagem a Clovis Moura*. Maceió: UFAL, 2003.

ALVES, Henrique L. *Bibliografia afro-brasileira: estudos sobre o negro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALVES, Paulo. *Anarquismo, movimento operário e o estado: suas relações no contexto capitalista da primeira república, 1906-1922*. São Paulo : PUC, 1981.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A Linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 2 ed. São Paulo:

Expressão Popular, 2005.

CASTELLUCCI, A. A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919) . Revista de História, (S. l.), n. 162, p. 205-241, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19157>

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. (1885-1888). Rio de Janeiro: Brasília, INL, 1975.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mário. *As noites e os dias: elementos para uma economia política da forma de produção semi-servil filhos de criação*. Pelotas: EdiUFPEL, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14 ed. 1ª e 2ª Tomos. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

GOULART, José Alípio. (1915-1971). *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/ IHL, 1972.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue*. Mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas, UFPelotas, 2004.

GLEDHILLE, Helen Sabrina & LEAL, Maria das Graças de Andrade. "Manuel Querino" Dicionário Manuel Querino de Arte da Bahia. 2014. Dicionário Manuel Querino de arte na Bahia / Org. Luiz Alberto Ribeiro Freire, Maria Hermínia Oliveira Hernandez. - Salvador: EBA-UFBA, CAHL-UFRB, 2014. Acesso através de <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br>

CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos: Mutualismo, Política e Identidade Racial em Salvador (1861-1894) Disponível em : https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2_sociedade_protetora_dos_desvalidos_mutualismo_politica_e_identidade_racial_em_salvador_1861-1894.pdf

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Volume: 18, Número: 1, Publicado: 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2011.v18n1/>

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino entre letras e lutas - Bahia:1851-1923. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

LISSAGARAY, H. Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. Lisboa: Dinossauro, 1995.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Uma análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios* (1718-1804). São Paulo, IPE/USP, 1981.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes*. Quadros da escravidão. 3 ed. Rio de Janeiro: Scipione-Fundação Casa Rui Barbosa, 1991.

MACEDO, Rivair & MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MAESTRI, Mário. *A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000.

MAESTRI, Mário. *Carcaça de negro*. (romance) Porto Alegre: FCM Editora, 2023.

MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior*: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, Mário. *Guerra Sem Fim*: A Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva: 1865-1866. Porto Alegre: FCM Editora, 2017. <https://clubedeautores.com.br/livro/guerra-sem-fim-3>

MAESTRI, Mário. Mário Maestri. *História da África Negra Pré-Colonial*. 2 ed. Porto Alegre, FCM Editora, 2022. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/historia-da-africa-negra-pre-colonial>

MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral*: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro. século 16. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MAESTRI, Mário. *Revolução e contra-revolução*. 1530-2019. 2 ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2019. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/revolucao-e-contra-revolucao-no-brasil>

MAESTRI, MÁRIO. *Filhos de Cã e filhos do Cão*. O trabalhador escravizado na historiografia brasileira. Porto Alegre: FCM Editora, 2022. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/filhos-de-ca-filhos-do-cao>

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Zumbi, 1959.

NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). Manuel R. Querino : seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009. 238 p. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3353>

NUNES, Eliane. Manuel Raymundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana. http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/eliane_nunes.pdf Eliane Nunes Revista Ohun, ano 3, n. 3, p. 237-261, set. 2007. http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/eliane_nunes.pdf

OITICICA, José. Ação direta: meio século de pregação libertária. (Rio de Janeiro) : Germinal, (1970).

PÉRET, Benjamin. O quilombo de Palmares. Introdução e notas de MAESTRI, M. & PONGE, R. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

PÉRET, Benjamin. "Que foi o quilombo de Palmares?" Revista Anhembi, São Paulo, abril e maio, 1956.

QUERINO, M. R. *O colono preto como fator de civilização brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

QUERINO, Manuel Raimundo. *O colono preto como fator de civilização brasileira*. 1980, número 13 na Revista Afro-Ásia. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1447>;

QUERINO, Manuel. O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira. Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. Disponível em: <https://cadernosdomundointeiro.com.br/pdf/O-colono-preto-como-fator-da-civilizacao-brasileira-2a-edicao-Cadernos-do-Mundo-Inteiro.pdf>

QUERINO, M.R. *As artes na Bahia*. Bahia: Oficinas do Diário da Bahia, 1913; Salvador: Câmara Municipal, Press Color, 2018.

QUERINO, M. R. *A Bahia de outrora: vultos e fatos populares*. Salvador, sed, 1916. (2 ed. Salvador: Econômica, 1922; 3 ed. Salvador: Progresso, 1955).

QUERINO, M. R. *A Raça Africana e os seus costumes*. Salvador: Progresso, 1955.

QUERINO, M. R. *A Arte culinária na Bahia* (1928).

QUERINO, M.R. . *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Salvador: P55, 2021.

QUERINO, M. R. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (Org. Artur Ramos).

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5 ed. São Paulo: CEN, 1977.

ALMEIDA, Sávio. *O Negro No Brasil: Estudos em homenagem a Clovis Moura*. Maceió: UFAL, 2003.

REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)